

A BASE DO PENSAMENTO CONSERVADOR E OS ENFRENTAMENTOS POR MEIO DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

GABRIEL, ELOISA

RESUMO

O artigo reflete a base do pensamento conservador, sua atualização no século XXI e as formas de enfrentamentos por meio da educação emancipadora.

PALAVRAS CHAVE

Conservadorismo. Educação Emancipadora.

ABSTRACT

The article reflects the basis of conservative thinking, its updating in the 21st century and the ways of confronting it through emancipatory education.

KEYWORDS

Conservatism. Emancipatory Education.

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema educação emancipadora e conservadorismo será feita, em face da importância na atual conjuntura e se apresenta imperiosa. Em tempos de práticas e expressões conservadoras e de desvalorização de manifestações emancipadoras relativizadas em espaços de redes sociais, instigadas por uma falsa divisão social daqueles que cultivam e incentivam as práticas e expressões conservadoras nas mídias sociais.

Uma das questões acima referida, diz respeito às críticas e perseguições apresentadas no ano de 2019, nas mídias sociais, aos/as professores/as, sejam eles do ensino médio ou do ensino superior, por parte de grupos, pessoas e representantes do governo federal de conteúdo conservador, afirmando inverdades sobre esta categoria profissional e acusando o professor como doutrinador de práticas ideológicas em sala de aula.

Esta opção por aproximação ao tema não significa abstração das dimensões profundas que o tema requer que envolve política, cultura e economia. Elas decorrem prioritariamente de uma simples contribuição ao debate para que possamos nos estimular no aprofundamento do tema tão proeminente em nossa sociedade.

APROXIMAÇÕES AO CONSERVADORISMO

Para compreender o conservadorismo buscamos entender sua origem por meio do artigo publicada na *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 126 de maio/agosto de 2016, pelo professor Doutor da Universidade Federal da Paraíba, Jamerson Murillo Anunciação de Souza.

Em seu artigo, cujo título é *Edmund Burke e a gênese conservadorismo*, nos apresenta o surgimento deste pensamento na Europa nas últimas décadas do século XVIII, que se estendeu para outros países do mundo.

Edmund Burke foi um filósofo conservador e teórico-político irlandês, cujas ideias conservadoras são base para compreensão de pensamentos e atitudes conservadoras nos dias atuais.

Segundo o professor Jamerson, a leitura do pensamento de Edmund Burke é o ponto de partida do conservadorismo clássico. O seu texto publicado em 1790, logo após o processo revolucionário jacobino, foi traduzido e disseminado rapidamente em francês, alemão, italiano e espanhol e bem recebido por setores intelectuais ligados em torno da reação antirrevolucionária.

Afirma que o pensamento de Edmund Burke visa uma transformação onde se garanta as tradições e que seja realizada de cima para baixo, ou seja, através de alguns iluminados que existem na sociedade e que decidem a vida de todos. Jamerson nos alega em seu artigo:

É possível concluir, com base nesses argumentos do autor, que ele anseia por uma “revolução sem revolução”, ou seja, mudanças “pelo alto”, localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e

sejam conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Adicionalmente, essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos (2016, p. 370).

Ao nos apresentar os argumentos de Edmund Burke de uma mudança pelo alto, na qual se preserva as tradições, Jamerson nos faz refletir sobre a construção social brasileira com características semelhantes a este pensamento. Um país colonizado por europeus e com uma forte construção de hierarquia, onde somente para aqueles nascidos de famílias tradicionais tem o direito de conduzir uma sociedade e se beneficiar dela.

Ao afirmar que este pensamento exclui o anseio por democracia e luta por direitos, fica evidente a construção ideológica em nosso país advinda de um pensamento conservador europeu, onde democracia e luta por direitos são pensamentos que devem ser excluídos da sociedade, pois o processo democrático garante inclusão e a luta por direitos garante reparação.

A constituição deste pensamento na sociedade brasileira fica evidenciado quando analisamos os dados de desigualdade no Brasil apresentados pelo Instituto de Pesquisa Oxfam, em dezembro de 2017, dos quais, destacamos que 88% dos brasileiros acreditam pertencer a metade mais pobre da sociedade e, que 10% dos mais ricos apresentam uma distância de 320 salários mínimos, em relação aos mais pobres, ou seja, os mais ricos têm um distanciamento de salário fruto de uma histórica concentração de riqueza no país.

A questão estrutural de acesso a serviços públicos – da falta de moradia, de saúde, da educação, trabalho, fruto do racismo e da desigualdade de gênero – apresenta componentes históricos e também um pensamento teórico-conservador, que de várias formas na sociedade é estimulado.

Outra afirmação importante que o professor Jamerson nos apresenta sobre o pensamento de Edmund Burke acerca da propriedade, nos faz refletir sobre uma das principais características do capital que é a propriedade privada. Jamerson nos diz sobre a teoria de Edmund Burke (2016, p. 371):

A característica essencial da propriedade, resultante de princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser desigual. Por conseguinte, torna-se necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez que excita a inveja e estimula a rapacidade. (2014, p. 72).

Esse pensamento afirma ser normal a desigualdade, mediante a propriedade da terra que é um grande negócio do ponto de vista capitalista, por isso, deve ser protegida. Quem não tem acesso à terra tem que se conformar, pois este direito não é para todos.

Com esse pensamento garante-se a concentração de terra nas mãos de poucos e dá para se compreender a construção histórica de distribuição de terras para as famílias definidas pela coroa portuguesa e que nos dias atuais, muitas dessas famílias são detentoras da maioria das terras brasileiras.

Daí uma realidade que não se altera no Brasil, somente aumenta. De acordo com o portal IG, em agosto de 2019, apresentando um estudo da Fundação Getúlio Vargas – FGV, mostra que o Déficit Habitacional atinge maior marca em 10 anos no país. Falta 7,7 milhões de habitação. Em 10 anos, 1,5 milhões de famílias sofrem com ônus excessivo de aluguel.

Estes dados somente confirmam que a terra é para poucos e mesmo os programas sociais que, ocorreram na primeira década deste século, não sanaram uma demanda que é histórica e nem se conseguiu que fosse um direito garantido por lei, para de fato se fazer reparações e diminuir essa desigualdade.

Fica evidente que o pensamento conservador destrói qualquer perspectiva democrática e de efetivação de direitos na sociedade, determinado um lugar de subalternidade para os indivíduos e garantido uma casta social.

APROXIMAÇÕES EMANCIPATÓRIAS

Na oposição ao pensamento conservador, o pensamento de Paulo Freire, principalmente em *Pedagogia do Oprimido* (1985) nos faz refletir sobre a importância de uma educação emancipadora, que tem a liberdade como um valor e um princípio. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire diz “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (1996, p. 111).

A construção histórica dominante no Brasil sobre a educação nunca foi na direção de uma prática reflexiva e emancipadora, pois sua base sempre teve presente o pensamento conservador. Por isso, Paulo Freire ao afirmar que os interesses dominantes a educação deva ser imobilizadora e ocultadora de verdades, fica bem visível nos dados sobre a educação.

De acordo com o Pnad em 2018, mais da metade dos que tem 25 anos ou mais não concluiu a educação básica. Este dado reflete que não se tem um compromisso por parte do governo com o incentivo na educação, pois estes jovens, em plena vida produtiva, não conseguem disputar o mercado de trabalho em pé de igualdade mediante a falta de oportunidade de estudos, já que o acesso e as condições das escolas públicas são alvos de reclamações em todo o país.

Paulo Freire nos diz ainda que:

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de “experiência feito” que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço (1996, p. 116).

Paulo Freire com sua coerência ética em favor da classe oprimida, nos instiga ao pensamento científico crítico e descolonizado, para que possamos construir enfrentamentos com a classe trabalhadora, na direção da democracia de base e da liberdade.

A educação emancipadora vai na contramão do Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, que ganhou notoriedade em 2015, apresentando projetos de lei em câmaras municipais e assembleias legislativas e no Congresso Nacional. Esse movimento tem na sua gênese o pensamento conservador, que não leva o aluno a refletir e a pensar, somente a reproduzir.

Ao defendermos e garantimos uma educação emancipadora, garantimos a liberdade e o confronto de ideias e a defesa de direitos diante da autoridade, seja dos pais, do professor e do Estado, pois emancipar uma nação é garantir que ela caminhe com suas próprias pernas, que construa seu caminho a partir de sua realidade com ética e respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui registradas têm caráter aproximativo e provisório. Sinalizam pistas para introdução ao debate sobre educação emancipadora e conservadorismo. Em tempos de embate nas redes sociais e de articulação de movimentos conservadores, é urgente um estudo aprofundado, um grupo de discussão e a defesa de modelos democráticos de defesa dos direitos em nossa sociedade.

O caminho da formação, por meio da educação, é fundante para o enfrentamento de ondas conservadoras e imposições de costumes e ideias em nossa sociedade. Esse trabalho tem que ser feito por todos e não importa a quantidade, debater e defender o pensamento que valorize o ser humano e tenha a liberdade como um valor é uma tarefa cotidiana.

Portanto, entendemos que são importantes o estudo aprofundado sobre o conservadorismo clássico e sua influência sobre a construção sócio histórica brasileira.

Importante também é buscar entender o cotidiano e a realidade social das classes subalternas para compreender a influência do pensamento conservador e de uma prática emancipadora na vida das pessoas, através do senso comum que reproduz práticas e ideias ora conservadora, ora emancipadora, dando pistas explicativas para a condição da frágil democracia existente no Brasil.

REFERÊNCIAS

OXFAM. Pesquisa nós e a desigualdades 2017. Acesso em 03/12/2019. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2017/>>.

DEFICIT HABITACIONAL ATINGE MAIOR MARCA EM 10 ANOS, SOLUÇÃO PODE VIR DA ACADEMIA. Portal IG. Acesso em 03/12/2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-08-31/deficit-habitacional-atinge-maior-marca-em-10-anos-solucao-pode-vir-da-academia.html>>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

PNAD. Anuário brasileiro da Educação Básica. Acesso em 03/12/2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite>.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. Serv. Soc. Soc.. São Paulo, n. 125, p. 360-377, maio/ago, 2016.

Eloisa Gabriel é Assistente Social, Doutora e Mestre em Serviço Social pela PUC/SP; especialista na política pública de assistência social e política pública de gênero. É docente do curso de Serviço Social da FMU. Contato: eloisagabriel30@gmail.com.